

Questão 01

Genaro, após notável exercício da advocacia por mais de trinta anos, optou por reduzir sua atuação profissional e substabelecer com reserva de poderes aos advogados Cesar e Jaime os mandatos que lhe foram outorgados por diversos clientes. Os advogados aceitaram os substabelecimentos sem ajustar seus honorários com o substabelecente, que iniciou viagem por diversos países sem data para retorno. No decorrer desse período diversos processos foram concluídos, vindo os advogados substabelecidos contatar os clientes das referidas ações a fim de receber os honorários pelos serviços prestados. Os clientes, alegando o desconhecimento e a não contratação dos advogados, recusaram-se a pagar qualquer quantia até que houvesse pormenorizada prestação de contas da conclusão das causas pelo advogado Genaro, bem como a devolução dos documentos que foram entregues no exercício dos mandatos e ainda estavam no escritório de advocacia. Inconformados, Cesar e Jaime recusaram a devolver os documentos até que seus honorários fossem pagos. Os fatos foram comunicados à OAB por diversos clientes, instaurando-se processo disciplinar, a fim de se apurar as condutas dos advogados.

Considerando o caso narrado, de acordo com os termos do Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

A) O advogado Genaro deve ser punido disciplinarmente por ter substabelecido aos advogados Cesar e Jaime o mandato que lhe fora outorgado sem o prévio e inequívoco conhecimento dos clientes.

B) Os advogados substabelecidos agiram adequadamente ao reter os documentos recebidos no exercício do mandato, garantindo dessa forma o recebimento dos honorários profissionais, calculados proporcionalmente ao serviço efetivamente prestado.

C) Cesar e Jaime deveriam ter ajustado antecipadamente seus honorários com Genaro, que não deve ser punido disciplinarmente pelo substabelecimento do mandato.

D) Os advogados Cesar e Jaime devem ser punidos disciplinarmente por reter os documentos recebidos no exercício do mandato. O advogado Genaro deve ser punido disciplinarmente por ter substabelecido o mandato sem o prévio conhecimento dos clientes.

Questão 02

O advogado Klésio, após ser indicado por Esculápio, passou a prestar assessoria jurídica para a empresa "Faz Tudo Ltda.", elaborando contratos e defendendo seus interesses em diversas atuações extrajudiciais. Ao ter acesso as contas da empresa constatou progressiva dificuldade financeira, de forma que necessitou optar pelo seu desligamento para que se dedicasse a advocacia em escritório próprio. A empresa concordou com o pedido do advogado, mas não cumpriu com o pagamento dos honorários decorrentes dos serviços efetivamente prestados. Diante do não recebimento, o advogado não encontrou outra solução a não ser ingressar com ação de cobrança de honorários.

Considerando o caso narrado, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa que indica corretamente o prazo de prescrição da referida ação.

- A) Cinco anos da ulitimação do serviço extrajudicial.
- B) Três anos do vencimento do contrato.
- C) Cinco anos da renúncia do mandato.
- D) Dez anos da data de seu ingresso na empresa.

Questão 03

O Conselho Federal, órgão supremo da OAB, com sede na Capital da República para o desempenho de suas atividades, além de seus órgãos de atuação, conta também com comissões permanentes, definidas em Provimento, e com comissões temporárias, designadas pelo Presidente e integradas ou não por Conselheiros Federais.

Sobre o tema, nos termos do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia, assinale a alternativa incorreta.

- A) Os Conselheiros Federais, integrantes de cada delegação, após a posse, são distribuídos pelas quatro Câmaras especializadas, mediante deliberação da própria delegação, comunicada ao Secretário-Geral, ou, na falta desta, por decisão do Presidente.
- B) O Conselho Pleno é integrado pelos Conselheiros Federais de cada delegação e pelos ex-presidentes, sendo presidido pelo Presidente do Conselho Federal e secretariado pelo Secretário-Geral.
- C) Compete à Segunda Câmara decidir recursos sobre ética e deveres do advogado, infrações e sanções disciplinares.
- D) A decisão do Órgão Especial constitui orientação dominante da OAB sobre a matéria, quando consolidada em súmula publicada na imprensa oficial.

Questão 04

O advogado Gláucio, após atuar como empregado em renomadas bancas jurídicas do País, constituiu sociedade unipessoal de advocacia visando atuar para empresas sediadas no Estado de São Paulo. Por conta de sua reconhecida habilidade profissional rapidamente formou ampla carteira de clientes, que exigiram também a prestação de seus serviços em outros Estados do território Nacional, de forma que passou a exercer habitualmente a profissão em diversas localidades.

Considerando a situação apresentada, nos termos do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- A) Gláucio poderá postular em juízo em benefício de seus clientes exclusivamente no território correspondente à sede da sociedade unipessoal de advocacia. Nos demais Estados do País, para sua regular atuação, deverá, necessariamente, constituir filial da sociedade.
- B) Gláucio fica dispensado de comunicar o exercício eventual da profissão, até o total de cinco causas por ano, acima do qual se obriga à inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passar a exercer habitualmente a profissão.
- C) A sociedade unipessoal de advocacia constituída por Gláucio não pode ter surgido a partir da concentração de quotas de antiga sociedade de advogados.
- D) Uma vez constituída sociedade unipessoal de advocacia, o exercício da profissão torna-se limitado ao território correspondente ao local da sede da sociedade.

Questão 05

A advogada Gabriela atua como única patrona na defesa dos interesses de Jonas em diversas ações judiciais. Gabriela deu à luz um menino no dia 18 de agosto de 2019, notificou Jonas por escrito e informou nos processos, requerendo a suspensão de prazos em todas as ações que atua. Os pedidos foram indeferidos e a advogada, inconformada, comunicou imediatamente a OAB e pretende recorrer nas ações.

Considerando o caso narrado e o disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- A) O indeferimento do pedido de suspensão de prazos violou as normas do Estatuto da Advocacia e da OAB, pois a suspensão de prazos processuais por 30 dias constitui direito da advogada, desde que haja notificação por escrito ao cliente.
- B) O indeferimento do pedido de suspensão de prazos não violou as normas do Estatuto da OAB, pois o direito pretendido por Gabriela apenas poderia ser exercido se a notificação feita a Moisés fosse realizada em até 120 dias antes da data do parto.
- C) O indeferimento do pedido de suspensão de prazos violou as normas do Estatuto da Advocacia e da OAB, pois a suspensão de prazos processuais por 08 dias constitui direito da advogada, independente de notificação por escrito ao cliente, desde que comunicado em juízo.
- D) O indeferimento do pedido de suspensão de prazos não violou as normas do Estatuto da Advocacia e da OAB, pois o direito pretendido somente deve ser aplicado quando a advogada não for a única patrona da causa.

Questão 06

O advogado Homero foi convidado pelos advogados Pedro e Lucas para integrar sociedade de advogados sediada em São Paulo/SP. Aceitou o convite e, por já possuir uma numerosa carteira de clientes, optou também por constituir uma sociedade unipessoal de advocacia na mesma cidade, a fim de manter, temporariamente, o atendimento exclusivo dos seus clientes até a conclusão dos respectivos processos. Enviou comunicado a todos os seus clientes informando os dias da semana que poderia atendê-los, tendo em vista que nos demais dias iria se dedicar exclusivamente a sociedade que passaria a integrar.

Considerando a hipótese apresentada, nos termos do Estatuto da Advocacia, assinale a afirmativa correta.

- A) Homero não pode integrar, simultaneamente, a sociedade de advogados com Pedro e Lucas e uma sociedade unipessoal de advocacia na área territorial de abrangência do Conselho Federal da OAB.
- B) Homero pode integrar, temporariamente, a sociedade de advogados com Pedro e Lucas e uma sociedade unipessoal de advocacia desde que não represente em juízo clientes de interesses opostos.
- C) Homero, para não deixar ao abandono ou ao desamparo as causas sob seu patrocínio, pode integrar, simultaneamente, a sociedade de advogados com Pedro e Lucas e uma sociedade unipessoal de advocacia.
- D) Homero não pode integrar, simultaneamente, a sociedade de advogados com Pedro e Lucas e uma sociedade unipessoal de advocacia na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

Questão 07

Janaina, advogada criminalista reconhecida por atuar em casos de grande repercussão na mídia, foi impedida de examinar os autos e assistir seu cliente José em depoimento de processo investigatório, sob alegação de se tratar apenas de procedimento formal para a apuração de elementos. A advogada foi informada pela autoridade competente que também não poderia apresentar razões ou quesitos no curso da apuração, a fim de se evitar a procrastinação do caso e o devido andamento da investigação.

Considerando a hipótese narrada, nos termos do Estatuto da Advocacia e da OAB, revela-se correto afirmar que.

- A) A autoridade competente agiu de forma adequada ao impedir o acesso da advogada, não prejudicando em sua conduta o devido exercício da defesa, pois tratava-se apenas de procedimento formal que, oportunamente, poderia ser contestado.
- B) Em hipótese alguma a autoridade responsável por conduzir a investigação poderia delimitar o acesso da advogada aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento.
- C) A vedação imposta foi indevida, podendo ser declarada a nulidade absoluta do respectivo depoimento, pois constitui direito do advogado assistir seus clientes investigados durante a apuração de infrações, bem como examinar os autos relativos em qualquer instituição responsável por conduzir a investigação, mesmo sem procuração.
- D) O procedimento adotado foi correto, porque a advogada apenas poderia exercer o direito de examinar os autos de investigação e assistir seu cliente nos depoimentos se estivesse munida de

procuração com poderes específicos para a finalidade pretendida.

Questão 08

O advogado Igor, sob alegação de impossibilidade de atuação da Defensoria Pública no Fórum em que estava, foi indicado para prestar assistência jurídica a Josefa, que estava aguardando um advogado para defender seus interesses em ação de alimentos. Igor recusou-se a prestar a assistência solicitada, alegando já ter sido anunciada a audiência de seu cliente, que já o estava aguardando. Após quinze dias do ocorrido foi surpreendido em seu escritório com representação disciplinar instaurada de ofício perante a OAB para que se apurasse a conduta do advogado e lhe imputasse a sanção disciplinar cabível.

Nos termos do Estatuto da Advocacia e da OAB, deve-se assentar quanto à sanção disciplinar que.

- A) Aplica-se porque o advogado tem o dever de cumprir a sua função em conformidade com os valores que lhe são inerentes, preservando em sua conduta a honra, a nobreza e a dignidade da profissão, zelando pelo caráter de essencialidade e indispensabilidade da advocacia.
- B) Não se aplica porque, mesmo diante da impossibilidade da Defensoria Pública, Igor apresentou justo motivo para a recusa da prestação de assistência jurídica.
- C) Aplica-se porque, diante da impossibilidade da Defensoria Pública, é dever do advogado conferir preferência de atuação em causa de juridicamente necessitado, cumprindo com a função social da advocacia.
- D) Não se aplica porque o processo disciplinar não pode ser instaurado de ofício, mas somente mediante representação do interessado.

Questão 09

No início do século XX, Hans Kelsen escreveu a mais importante obra sobre o positivismo jurídico, "Teoria pura do direito". Na concepção do jusfilósofo a realização da justiça é considerada um valor relativo, da mesma forma que outros valores morais, políticos ou religiosos, que podem ser interpretados de formas diversas conforme o contexto histórico e social.

Sob a ótica do filósofo apontado, assinale a opção que melhor identifica suas ideias.

- A) A Teoria pura do direito reconhece a textura aberta das normas jurídicas, sendo a autoridade legislativa competente para a sua criação e aplicação. Os operadores do direito têm atribuição exclusiva para conferir interpretação à norma de acordo com os valores que são inerentes a esta.
- B) A presença da sociologia na criação do direito e o apoio da ética ao conteúdo das normas revela-se essencial, assim como a observância do contexto e das circunstâncias históricas e políticas para a exequibilidade de uma lei.
- C) O direito, na teoria de Kelsen, deve ser visto como a coleção de normas legitimamente produzidas dentro de um sistema normativo, tendo uma função meramente descritiva e despido de qualquer concepção social ou de valores.
- D) O princípio positivista que rege a Teoria pura do direito aproxima o direito e vincula sua validade e vigência aos valores, que também devem ser estudados pela Sociologia, Psicologia e Filosofia.

Questão 10

Herbert Hart em "O Conceito do Direito" observa que o direito revela-se fundamentalmente incompleto, não somente diante de "casos difíceis" ou polêmicos mas, quando os casos não são

regulamentados juridicamente e, para se chegar a uma decisão, os tribunais observam a discricionariedade.

Nesse sentido, assinale a opção que melhor apresenta o entendimento do autor na obra em referência.

- A) A previsibilidade das normas jurídicas, a completude do direito e sua textura selada justificam a discricionariedade como ferramenta essencial para a garantia dos direitos individuais e a segurança Estatal.
- B) Os poderes de criação atribuídos aos juízes para a resolução de casos através da discricionariedade são idênticos aos de um órgão legislativo, pois ambos procuram introduzir reformas de larga escala ou novos códigos.
- C) O mundo no qual vivemos tem um número finito de características que possibilitam prever de antemão todas as possibilidades.
- D) A existência de casos juridicamente não regulados, de normas contraditórias incompatíveis e a orientação incerta das normas por conta de sua textura aberta habilita o julgador à discricionariedade no julgamento.

Direito Constitucional

Questão 11

Quando a interpretação de uma Constituição escrita se altera em decorrência da mudança dos valores e do modo de compreensão de uma sociedade, mesmo sem qualquer alteração formalmente realizada, no texto constitucional, pelo Poder Constituinte Derivado Reformador, está-se diante de uma:

- A) Interpretação histórica.
- B) Integração normativa.
- C) Desconstitucionalização.

D) Mutação constitucional.

Questão 12

O direito assegurado na Constitui o de formular requerimentos junto aos órgãos públicos para noticiar ilegalidade ou abuso de poder sem a necessidade de Advogado e não dependente de formalismos denomina-se:

- A) Direito de certidão.
- B) Direito ao processo.
- C) Direito de Peti o.
- D) Direito   informa o.

Questão 13

No que se refere aos "Direitos Sociais" previstos de modo genérico no artigo 6  da CRFB e detalhados várias disposi es constitucionais, em especial com rela o às diretrizes e normas constitucionais referentes   presta o da saúde, assinale a afirmativa correta.

- A)   permitida e estimulada a destina o de recursos públicos para auxílios ou subven es às institui es privadas com fins lucrativos.
- B) Ao sistema único de saúde compete, dentre outras atribui es, colaborar na prote o do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
- C)   admitida a participa o indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência   saúde no País, independentemente de previsão legal.
- D) As institui es privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito privado, vedada qualquer preferência ou distin o entre elas.

Questão 14

Em se tratando de processo legislativo,   correto afirmar:

A) São de iniciativa privativa do Presidente da República os projetos de lei concernentes às normas gerais para a organiza o das Defensorias Públicas nos estados.

B) A apresenta o de projeto de lei por deputado, em matéria em que haja iniciativa privativa do Governador, será sempre vício sanável, se o sucessor deste último sancionar o projeto, após aprova o pela Assembleia Legislativa.

C) A apresenta o de projeto de lei por deputado estadual, em matéria em que haja iniciativa privativa do Chefe do Executivo, será vício sanável, mas só se o próprio Governador, que antes deveria ter apresentado o projeto, vier pessoalmente a sancioná-lo.

D) A Constitui o permite suprimir por meio de emenda constitucional direitos previstos fora do art. 5  ou do Título II da CRFB.

Questão 15

A chefia da Administra o Pública em geral   exercida pelo Poder Executivo, e sobre tal   correto afirmar:

A) Há previsão de elei o indireta para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente da República, a ser realizada pelo Congresso Nacional, na hipótese de vacância dos dois cargos nos últimos dois anos do mandato presidencial.

B) O veto do Presidente da República a projeto de lei, na ordem constitucional brasileira, pode ser derrubado pelo Poder Legislativo, em sessão conjunta, em voto aberto e pela maioria absoluta de Senadores.

C) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a trinta dias, sob pena de perda do cargo.

D) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, na hipótese de processo contra o Presidente da República por crime comum, em relação a fatos estranhos ao exercício do mandato, deverá o processo ser suspenso, com a consequente suspensão do prazo prescricional, apenas com relação aos fatos ocorridos antes ao início de seu mandato.

Questão 16

Considerando a disciplina constitucional a respeito da súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- A) O Governador de Estado pode propor a aprovação, revisão e o cancelamento de súmula vinculante.
- B) A súmula que afirmar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal apenas produzirá efeitos vinculantes após o ato normativo inconstitucional ser suspenso pelo Senado Federal.
- C) O ato da administração pública, direta ou indireta, da esfera federal, estadual ou municipal, que contrarie o enunciado de súmula vinculante aplicável, não pode ser objeto de reclamação proposta diretamente perante o Supremo Tribunal Federal.
- D) A decisão judicial, que contrarie súmula vinculante, pode ser impugnada por reclamação proposta perante o Supremo Tribunal Federal que, no entanto, não poderá cassar a decisão reclamada.

Questão 17

A CRFB determina sobre quais temas os entes federativos podem tratar. Assim, sobre a repartição de competências entre os membros da federação brasileira, assinale a alternativa que apresenta,

corretamente, a competência necessária para legislar sobre: anistia de crimes políticos.

- A) Comum autorizada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- B) Concorrente autorizada à União, e delegável aos Estados e ao Distrito Federal por lei ordinária.
- C) Suplementar autorizada à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- D) Exclusiva da União.

Questão 18

Após várias manifestações sociais houve o reconhecimento de direitos aos homossexuais e a igual valoração jurídica das relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo. Sobre tal tema assinale a alternativa correta:

- A) Ferem o princípio democrático e a regra da maioria, já que o Direito, ao determinar ou escolher uma moral, deve privilegiar a moral da maioria.
- B) Decorrem do sistema constitucional de direitos e garantias fundamentais que proíbe quaisquer formas de discriminação e garante a dignidade da pessoa humana.
- C) Estão sujeitos à evolução social e cultural da sociedade em que vivemos, uma vez que para o “homem comum” as práticas homossexuais são antinaturais e contrariam as convicções religiosas compartilhadas.
- D) Necessitam de legislação infraconstitucional para a efetivação, pois as normas constitucionais incidentes são de eficácia limitada.

Questão 19

Consta na história dos Direitos Humanos no sistema interamericano, o caso da senhora Maria da Penha Maia Fernandes, mais conhecida como

“Maria da Penha”, sobre o tema assinale a alternativa correta:

A) A Corte Interamericana de Direitos Humanos entendeu que a agressão sofrida pela vítima é parte de um padrão geral de negligência e falta de efetividade do Estado brasileiro para processar e condenar os agressores nos casos de violência contra a mulher, ordenando ao Brasil que multiplicasse o número de delegacias policiais especiais para a defesa dos direitos da mulher.

B) Corte Interamericana de Direitos Humanos, reconhecendo a tolerância do Estado brasileiro em punir o agressor, responsabilizou as autoridades públicas e fixou uma indenização em favor da vítima a ser paga pelo Brasil.

C) Comissão Interamericana de Direitos Humanos, após constatar que a violação dos direitos humanos da vítima era de responsabilidade de seu marido, decidiu pelo arquivamento da demanda, pois o Estado brasileiro não poderia ser responsabilizado por ato de particular.

D) Comissão Interamericana de Direitos Humanos reconheceu que o Estado brasileiro descumpriu o dever de garantir às pessoas sujeitas à sua jurisdição o exercício livre e pleno de seus direitos humanos e recomendou que o Brasil simplificasse os procedimentos judiciais penais.

Questão 20

A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados disciplina regras sobre Tratados Internacionais e o Brasil é signatário desta Convenção. Tendo por base seus dispositivos, assinale a afirmativa correta.

A) “Tratado” significa qualquer acordo internacional concluído por escrito entre Estados soberanos.

B) Um Estado não poderá invocar o seu direito interno para justificar inadimplemento do tratado internacional.

C) Reserva significa o acordo unilateral que somente os Estados podem formular, independentemente do que disponha o tratado.

D) O princípio dos tratados internacionais é o “pacto sunt servanda” e, por isso, Estados soberanos são obrigados a assinar e ratificar tratado internacional.

Questão 21

Em 2019, uma empresa de consultoria brasileira assina, na cidade de Paris, França, contrato de prestação de serviços com uma empresa francesa. As partes elegem o foro da comarca de São Paulo para dirimir controvérsias. As contratantes se desentendem sobre os critérios do contrato e a empresa brasileira resolve propor Ação na Justiça do Estado de São Paulo para rescindir o contrato. Com relação ao caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) O juiz brasileiro poderá julgar a lide, mas deverá aplicar a lei brasileira, porque não pode aplicar a lei estrangeira.

B) O Juiz brasileiro não poderá julgar a lide, porque o foro para dirimir controvérsias é necessariamente o do local em que o contrato foi assinado.

C) O juiz brasileiro poderá julgar a lide e deverá aplicar a lei brasileira, porque a lei brasileira prevalece entre brasileiros e estrangeiros.

D) O juiz brasileiro poderá julgar a lide e deverá aplicar a lei francesa, uma vez que o contrato foi celebrado em Paris, França.

Questão 22

Considerando o previsto no Código Tributário Nacional sobre a obrigação tributária, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos. Ademais, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- B) O sujeito passivo da obrigação tributária principal é denominado responsável, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- C) A capacidade tributária passiva coincide com a capacidade civil. Assim, os considerados civilmente incapazes são desprovidos de capacidade tributária passiva.
- D) Em regra, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Questão 23

Considerando que dois proprietários de um bem imóvel são solidários na obrigação tributária, assinale a alternativa correta.

- A) O pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita o outro.
- B) A isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles.
- C) A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, não favorece nem prejudica aos demais.

D) As convenções particulares que eles fizerem relativas à responsabilidade pelo pagamento dos tributos podem ser opostas à Fazenda Pública.

Questão 24

Configura hipótese de extinção de crédito tributário:

- A) Moratória.
- B) Interposição de recurso administrativo.
- C) Concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- D) Decadência.

Questão 25

De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário:

- A) Regularmente inscrito como dívida ativa.
- B) Devidamente constituído, mesmo que não inscrito na dívida ativa.
- C) Em fase de constituição, mesmo que não inscrito na dívida ativa.
- D) Regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução.

Questão 26

O princípio da legalidade em direito tributário é central, assegurando a proteção do direito dos cidadãos à propriedade. A esse respeito, é correto afirmar que a Constituição Federal reserva à lei complementar:

- A) O estabelecimento de normas gerais sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.
- B) A instituição dos impostos de competência da União e do Distrito Federal.

C) A especificação do fato gerador das contribuições sociais, profissionais e de intervenção no domínio econômico.

D) Definição de tratamento isonômico e equitativo para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Questão 27

Fernando sofreu um acidente automobilístico e foi atendido em hospital da rede pública do Município. Por imperícia do médico que o assistiu, teve amputado seu braço direito. Nessa situação hipotética, respondem pelo dano causado a Fernando:

A) O Município e o médico, solidária e objetivamente.

B) O Município, objetivamente, e o médico, regressivamente, em caso de dolo ou culpa.

C) O Município, objetivamente, e o médico, subsidiariamente.

D) O Município, objetivamente, e o médico, solidária e subjetivamente.

Questão 28

Em relação à organização administrativa:

A) A criação de uma agência reguladora - autarquia em regime especial - é decorrente do fenômeno da desconcentração.

B) Uma empresa pública prestadora de serviço público é criada por meio do fenômeno da descentralização, enquanto uma empresa pública exploradora de atividade econômica é criada por meio do fenômeno da desconcentração.

C) No Brasil, a criação de Territórios Federais constitui hipótese de descentralização geográfica ou territorial.

D) A criação de uma secretaria municipal é hipótese de descentralização.

Questão 29

Nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é:

A) Inexigível a licitação para a contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com empresa de notória especialização.

B) Dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

C) Dispensável a licitação para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, que tenha sido criado para esse fim específico, a qualquer tempo, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

D) Inexigível a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

Questão 30

A respeito do regime jurídico dos bens públicos, é correto afirmar:

A) Os bens públicos imóveis poderão ser alienados mediante autorização legislativa prévia, salvo no caso dos bens dominicais.

B) Os bens de uso comum do povo, por sua natureza, não permitem a cobrança de valores pecuniários para a sua utilização.

C) Embora os bens públicos sejam dotados de impenhorabilidade, o regime jurídico público permite

que os bens públicos afetados sejam gravados com direitos reais de garantia.

D) Afetação é o fato administrativo pelo qual se atribui ao bem público uma destinação pública especial de interesse direto ou indireto da Administração.

Questão 31

O agente público, empregado de uma sociedade de economia mista, que se utilizou dos caminhões da empresa para fazer remoção de terra de terreno de sua propriedade no curso da construção de sua casa de veraneio:

A) Comete ato de improbidade, sob a modalidade que gera prejuízo ao erário, o que dispensa a prova de culpa, ficando absorvida a responsabilidade funcional.

B) Pode ser disciplinarmente punido, mediante regular processo administrativo, não incidindo a lei de improbidade por se tratar de empregado público, sujeito, portanto, a regime celetista.

C) Incide em potencial responsabilidade criminal e civil, não se tipificando ato de improbidade em relação à pessoa jurídica sujeita a regime jurídico de direito privado, salvo se demonstrado prejuízo ao capital social composto por recursos públicos.

D) Comete ato de improbidade, em virtude de enriquecimento ilícito, tendo em vista que as empresas estatais, integrantes da Administração pública indireta, podem ser sujeitos passivos daquela infração.

Questão 32

Uma chuva tropical causou inundações em diversos pontos de uma cidade, do que decorreram relevantes prejuízos aos moradores desses locais, em variados graus e extensão. O poder público:

A) Pode alegar a ocorrência de caso fortuito ou força-maior para se escusar de indenizar os administrados pelos prejuízos ocorridos, não sendo relevante haver culpa de seus agentes pela má conservação da rede de drenagem.

B) Deve comprovar a inexistência de culpa de seus agentes na manutenção e conservação do sistema de drenagem municipal, tendo em vista que a ausência de culpa afasta a responsabilidade de qualquer ente público.

C) Deverá demonstrar que não houve falha no serviço público, tendo a capacidade de drenagem do sistema sido superada pelo desproporcional volume e intensidade das chuvas, para se escusar da responsabilização perante cada um dos administrados lesados.

D) Responde integral e objetivamente pelos prejuízos ocorridos no caso, tendo em vista que a responsabilidade objetiva constitucional aplicável ao poder público é do tipo pura, não admitindo qualquer excludente.

Questão 33

A responsabilidade civil ambiental tem natureza:

A) Objetiva e solidária.

B) Subjetiva e solidária.

C) Objetiva quando se tratar de empreendedor privado e subjetiva quando se tratar do Poder Público poluidor.

D) Objetiva quando se tratar do poluidor direto e subjetiva quando se tratar do poluidor indireto.

Questão 34

Um empreendimento (A) foi regularmente licenciado pelo órgão ambiental com atribuição para tanto e recebeu licença de operação com prazo de 10 (dez) anos. Passados 03 (três) anos, estando a licença

ambiental desse empreendimento (A) em plena vigência, ocorreu um grave problema em outro empreendimento (B), que desenvolvia a mesma atividade, localizado em outro município, resultando danos ambientais e individuais de intensa gravidade. Esse fato de intensa gravidade ocorrido com o empreendimento (B):

A) Não permite que o órgão ambiental modifique a licença ambiental concedida para o empreendimento (A) porque este tem direito adquirido de manter a licença recebida.

B) Permite que o órgão ambiental modifique a licença ambiental concedida para o empreendimento (A) apenas quando do vencimento.

C) Somente admite a suspensão ou cancelamento da licença ambiental, mas não a modificação.

D) Permite que o órgão ambiental, diante da superveniência de graves riscos ambientais e de saúde, e para evitar os graves acontecimentos ocorridos no empreendimento (B), possa modificar, suspender e até cancelar a licença ambiental concedida ao empreendimento (A), ainda que esteja a licença ambiental em pleno vigor.

Questão 35

Pietro, professor na escola particular “Bem Saber”, inconformado com o desempenho dos seus alunos, com intenção de ensinar, publicou em sua rede social a prova de João Neves, sem omitir o nome do avaliando, destacando erros crassos de ortografia, findando sua postagem com a afirmação “eis o resultado da preguiça”. Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) Pietro não pode ser civilmente responsabilizado, porquanto o emprego do nome de João Neves, sem

intenção difamatória, não caracteriza violação ao direito ao nome e honra.

B) A escola Bem Saber responde subjetiva e subsidiariamente pelo ato do professor Pietro.

C) Pietro responderá objetivamente por danos morais e materiais.

D) O ato de Pietro viola direito da personalidade e gera responsabilidade civil por danos morais, sendo cabível ação de reparação civil, no prazo prescricional de três anos.

Questão 36

Sobre os negócios jurídicos, assinale a afirmativa correta.

A) O falso motivo em um contrato, como regra, invalida o negócio jurídico.

B) Se ficar caracterizada lesão em um negócio jurídico, poderá o juiz reconhecê-la de ofício, invalidando o negócio jurídico.

C) Os efeitos da lesão podem se manifestar no curso do contrato, desde que sejam provenientes de desproporção entre as prestações existentes no momento da celebração do contrato.

D) O estado de perigo é configurado quando uma pessoa, sob premente necessidade ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestante desproporcional ao valor da prestação oposta.

Questão 37

João comprou de Guilherme um imóvel. Após realizar obras necessárias no bem, Joao foi acionado judicialmente por Daniel, que sustenta ser o real proprietário do imóvel, o qual lhe teria sido injustamente usurpado por Guilherme. A ação foi julgada totalmente procedente e o imóvel restituído para Daniel. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) João pode reclamar indenização perante Guilherme em razão da existência de vício redibitório.

B) Além do preço pago, pode João exigir de Guilherme o reembolso das despesas efetuadas com as obras em razão da evicção.

C) João somente pode reclamar indenização em face de Guilherme se previsto no contrato a cláusula de retrovenda.

D) João somente pode reclamar indenização em face de Guilherme se previsto no contrato a cláusula de propriedade resolúvel.

Questão 38

Rodolfo emprestou para Leonardo, Rafael e Felipe R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), formalizando o negócio por meio de instrumento particular de mútuo. Estabeleceu-se, no instrumento contratual, que Leonardo, Rafael e Felipe seriam solidariamente responsáveis pela devolução do valor emprestado.

A) Não se tendo convencionado expressamente, o prazo do mútuo será de trinta dias, pelo menos.

B) É nulo o contrato de mútuo que estabelece solidariedade entre os mutuários.

C) Se Leonardo pagar integralmente a dívida, Leonardo poderá cobrar dos demais as suas respectivas partes, respondendo Rafael e Felipe solidariamente perante Leonardo por R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

D) Se Rodolfo perdoar Rafael da dívida, o perdão extingue a solidariedade entre os demais devedores, com efeito, Rodolfo somente poderá cobrar de Felipe R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Questão 39

José, em 01/03/2013, invadiu o imóvel de propriedade de Vinicius de 210 metros quadrados, situado em área urbana. Não possuindo outro imóvel, José passou a exercer a posse utilizando o bem para sua moradia conjuntamente com seu filho Stanley. José faleceu em 2017, desde então Stanley passou a exercer a posse. Considerando, a inexistência de qualquer oposição por Vinicius, em 01/02/2019 Stanley pretende usucapir. A respeito da situação narrada, assinale a alternativa correta.

A) Stanley não pode usucapir, porquanto a posse inicialmente obtida de forma violenta não pode gerar nenhuma espécie de usucapião.

B) Stanley não pode somar a posse de seu pai para fins de usucapião.

C) Considerando a má-fé da posse de José, Stanley somente poderá usucapir após exercer posse por 15 anos.

D) Stanley já preencheu os requisitos para aquisição da propriedade por usucapião especial urbano.

Questão 40

Asdrúbal, solteiro, possui um único imóvel onde reside sozinho. Asdrúbal, contumaz jogador de pôquer se endividou e, em razão disso deixou de pagar prestação alimentar para seu filho Arthur. Diante dos fatos narrados, assinale a opção correta.

A) O conceito de impenhorabilidade de bem de família não abrange o imóvel de Asdrúbal.

B) O imóvel de Asdrúbal é bem de família, todavia a impenhorabilidade não pode ser oposta contra Arthur na cobrança da prestação alimentar.

C) O imóvel de Asdrúbal é bem de família e a impenhorabilidade pode ser oposta contra Arthur na cobrança da prestação alimentar.

D) O imóvel de Asdrúbal é bem de família e a impenhorabilidade não pode ser oposta contra seus eventuais credores de dívidas de jogo.

Questão 41

Júlio casou com Marisa, depois de 30 anos de casamento, o casal se separou de fato. Júlio, já com 71 anos de idade, conheceu Monique com quem mantém relação pública e contínua, com objetivo de família, já há 4 anos, embora não residam juntos.

A) A coabitação é elemento indispensável à caracterização da união estável entre Júlio e Monique.

B) A existência de casamento válido com Marisa obsta o reconhecimento da união estável entre Júlio e Monique.

C) Acaso reconhecida a união estável entre Júlio e Monique, à união impõe-se o regime da separação obrigatória de bens.

D) Se Júlio falecer não deixando descendentes ou ascendentes Marisa herdará sozinha a herança de Júlio.

Questão 42

Pablo é integrante de grupo em um aplicativo de mensagens instantâneas para telefones celulares. Nesse grupo, os participantes corriqueiramente compartilham fotos e vídeos, por eles produzidos, de crianças em cenas pornográficas, mas o aplicativo de Pablo é configurado para não realizar downloads automáticos dessas fotos e vídeos. Ao trocar de aparelho, no entanto, Pablo se esquece de repetir a configuração, de modo que, sem que

ele perceba, um vídeo contendo filmagem de criança em cena de sexo explícito resta armazenado na memória do aparelho. Nesse mesmo dia, policiais que investigavam o grupo cumprem mandado de busca domiciliar na casa de Pablo, apreendendo seu telefone ao encontrá-lo. Perícia posterior revela a existência do vídeo.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que Pablo:

A) Comete o crime de armazenamento de vídeo de criança em cena de sexo explícito, previsto na Lei nº 8.069/1990, na forma dolosa.

B) Comete o crime de armazenamento de vídeo de criança em cena de sexo explícito, previsto na Lei nº 8.069/1990, na forma culposa.

C) Não comete crime previsto na Lei nº 8.069/1990.

D) É partícipe do crime de distribuir, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, previsto na Lei nº 8.069/1990.

Questão 43

Henrique e Laura, ele com 38 anos e ela com 35 anos de idade e casados desde 2010, adotaram Ana Lúcia, com 12 anos de idade, após regular procedimento perante a Vara da Infância e Juventude de Salvador/BA. A sentença judicial que constituiu o vínculo de adoção foi proferida em dezembro de 2018 e imediatamente inscrita no Cartório de Registro Civil.

Considerando a situação hipotética acima apresentada e a Lei n.º 8.069/1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) —, assinale a opção CORRETA.

A) O falecimento de Henrique e Laura restabelecerá o pátrio poder aos pais biológicos de Ana Lúcia, o

que ocorrerá com o encaminhamento da certidão de óbito dos pais adotantes ao Cartório de Registro Civil.

B) O processo de adoção é nulo em razão da diferença de idade entre adotantes e adotada.

C) É necessário o consentimento de Ana Lúcia no processo de adoção.

D) Na certidão de nascimento de Ana Lúcia, constarão os nomes de Henrique e Laura como pais adotantes e os nomes dos pais biológicos para resguardar futuros direitos patrimoniais.

Questão 44

Atraído por material publicitário, Juvenal adquire um automóvel mediante contrato escrito de compra e venda. Posteriormente, constata que as condições do negócio lhe foram desfavoráveis, pois diversos itens mencionados na propaganda não constavam do veículo e do contrato. Assinale a resposta correspondente à correta solução do caso.

A) Juvenal deve exigir da vendedora que introduza no contrato as alterações necessárias a adaptá-lo ao conteúdo do material publicitário.

B) As disposições contratuais prevalecem sobre as informações que constam do material publicitário, de modo que Juvenal deve cumprir as obrigações que contraiu, exceto na hipótese de comprovar que ao tempo da celebração não dispunha de capacidade para entender o conteúdo do contrato.

C) As disposições contratuais prevalecem sobre as informações que constam do material publicitário, de modo que Juvenal deve cumprir as obrigações que contraiu.

D) As informações do material publicitário prevalecerão sobre as disposições contratuais caso as divergências forem potencialmente nocivas ou perigosas à saúde ou à segurança.

Questão 45

No período de 4 (quatro) meses, Bete recebeu em sua residência, sem solicitação prévia, edições semanais de uma revista. No início do terceiro mês, Bete recebe boleto de cobrança de uma anuidade da revista e, em seguida, mantém contato com a editora e manifesta desinteresse no produto. A editora cancela o boleto de cobrança da anuidade e emite novo boleto referente às 8 (oito) edições recebidas por Bete no período de 2 (dois) meses. Quanto a esse boleto, assinale a alternativa correta.

A) Existe obrigação de pagamento, pois Bete não manifestou o desinteresse no produto no prazo de 7 (sete) dias a contar do recebimento da primeira edição.

B) Existe obrigação de pagamento, pois, embora Bete não fosse obrigada a manifestar o desinteresse no prazo de 7 (sete) dias, haveria enriquecimento sem causa por parte dela em detrimento da editora.

C) Inexiste obrigação de pagamento uma vez que houve excesso de cobrança, já que a editora tem direito ao recebimento do valor correspondente a 7 (sete) edições da revista e que a primeira é equiparada a amostra grátis.

D) Inexiste obrigação de pagamento, pois as revistas recebidas são equiparadas a amostras grátis.

Questão 46

De acordo com o teor da Súmula 293 do Superior Tribunal de Justiça, “a cobrança antecipada do VRG não descaracteriza o contrato de.....”

A) Alienação fiduciária em garantia.

B) Arrendamento mercantil.

C) Franquia.

D) Representação comercial.

Questão 47

João se dirigiu até sua instituição financeira com a finalidade de esta emitir um cheque em favor da concessionária Alpha, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para o pagamento da compra de um veículo zero km feito por João. De acordo com as disposições da Lei n. 7357/85, o cheque emitido pela própria instituição financeira contra ela mesma é denominado de:

- A) Cheque administrativo.
- B) Cheque cruzado.
- C) Cheque pré-datado.
- D) Cheque para ser creditado em conta.

Questão 48

Empresa Alpha requereu sua recuperação judicial, tendo sido deferido o processamento pelo juiz. De acordo com a Lei n. 11.101/05, o prazo para apresentação do plano por parte da devedora é de:

- A) 60 dias úteis, contados do pedido de recuperação judicial, sendo permitida uma prorrogação por igual período.
- B) 60 dias corridos, contados da decisão de deferimento do processamento, sendo permitida uma prorrogação por igual período.
- C) 60 dias corridos, contados da decisão de deferimento do processamento, não sendo permitida nenhuma prorrogação.
- D) 60 dias úteis, contados da decisão de deferimento do processamento, não sendo permitida nenhuma prorrogação.

Questão 49

Na omissão do contrato de trespasse:

- A) O alienante não poderá fazer concorrência com o adquirente pelo prazo de 05 anos.
- B) O alienante não poderá fazer concorrência com o adquirente pelo prazo de 10 anos.
- C) O alienante poderá fazer concorrência com o adquirente por não existir qualquer impedimento contratual ou legal.
- D) O alienante não poderá fazer concorrência com o adquirente pelo prazo de 03 anos.

Questão 50

São efeitos da decisão que decreta a falência, exceto:

- A) Afastamento dos administradores e nomeação do administrador judicial.
- B) Vencimento antecipado das dívidas.
- C) Falido não fica inabilitado para o exercício da atividade empresarial até que se extingam suas obrigações.
- D) Instauração do juízo universal.

Direito Processual Civil

Questão 51

O empresário Rubens ajuizou ação de cobrança pelo rito comum em face de Pedro, sendo que o magistrado de primeira instância julgou o pedido procedente. No julgamento do recurso de apelação interposto pelo réu, o Tribunal pronunciou a prescrição de ofício, sem conceder às partes a oportunidade de se manifestarem sobre essa matéria, que não havia sido previamente ventilada no processo. De acordo com o que está disposto no Código de Processo Civil, o acórdão que decidiu o recurso de apelação é:

- A) Válido, pois, quando reconhecida em segundo grau de jurisdição, a prescrição pode ser pronunciada de ofício sem que antes seja dada

oportunidade às partes de se manifestarem sobre ela.

B) Nulo, pois o juiz não poderá decidir com base em fundamento acerca do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestarem, nem mesmo em segundo grau de jurisdição, ainda que se trate de matéria pronunciável de ofício.

C) Nulo, pois o Tribunal não pode decidir com base em fundamento que não foi ventilado em primeiro grau de jurisdição, em virtude da preclusão.

D) nulo, pois a prescrição não pode ser pronunciada de ofício.

Questão 52

Tatianny propos demanda indenizatória em face da empresa “VIVU S.A.”. Ainda na fase instrutória do processo, a Autora requereu a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Nesse caso, o juiz deverá:

A) Deferir o pedido, sem suspender o processo, desde que o requerimento tenha demonstrado o preenchimento dos pressupostos legais específicos para a desconsideração da personalidade jurídica.

B) Indeferir liminarmente o pedido, pois, na fase de conhecimento, a desconsideração da personalidade jurídica deve ser necessariamente requerida na petição inicial, dispensando a instauração do incidente.

C) Indeferir liminarmente o pedido, pois a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica só é cabível na fase de cumprimento de sentença.

D) Deferir o pedido, suspendendo o processo, desde que o requerimento tenha demonstrado o preenchimento dos pressupostos legais específicos para a desconsideração da personalidade jurídica.

Questão 53

Joaquim, que é domiciliado em São Paulo/SP, pretende propor demanda judicial contra Astolfo, que possui domicílio em Salvador/BA. O objetivo da demanda é postular a declaração da propriedade de automóvel que foi licenciado no município de Aracaju/SE e, atualmente, encontra-se na posse de Rubens, que tem domicílio em Manaus/AM. Diante da narrativa fática, segundo as regras de competência previstas no Código de Processo Civil, a ação deverá ser proposta na comarca de

A) Manaus.

B) São Paulo, Salvador, Aracaju ou Manaus, segundo exclusivo critério do autor.

C) São Paulo.

D) Salvador.

Questão 54

O sr. Adalberto, em razão de grave enfermidade, ajuizou ação contra determinado plano de saúde, no qual pleiteava a condenação do Réu a lhe custear a realização de uma cirurgia, indicado por seu médico, e que a empresa alegava não estar previsto no contrato. Em razão da urgência na realização do procedimento cirúrgico, sob risco de morte, pleiteou tutela provisória ao magistrado, para início imediato do tratamento, e indicou, como pedidos principais, a condenação da ré ao pagamento do tratamento que deveria ser submetido após a cirurgia, além do pagamento de verbas reparatórias de danos morais, o que foi deferido pelo magistrado. Quanto a essa providência provisória, pode-se afirmar que a sua natureza é de tutela:

A) De urgência cautelar, de forma antecedente.

B) De urgência antecipada, de forma antecedente.

C) De urgência antecipada, de forma incidental.

D) Da evidência.

Questão 55

Paulo e Cristiano firmaram um contrato de prestação de serviços de marcenaria. Ocorre que Cristiano descumpriu a parte no acordo. Esgotadas todas as possibilidades consensuais para tentar exigir o cumprimento da obrigação, promove ação de obrigação de fazer pelo rito comum, requerendo justiça gratuita. No juízo de admissibilidade, o magistrado defere as benesses da gratuidade, e determina a citação do réu para comparecimento na audiência.

Citado, Cristiano comparece na audiência designada, mas não houve acordo, optando por apresentar, no prazo legal, contestação. Sabedor que Paulo é um exímio advogado, conhecido por suas posses na região do Vale do Ribeira, o advogado do Réu decide atacar o benefício da gratuidade deferido.

Diante da situação hipotética, sobre a atitude de Cristiano, assinale a afirmativa correta.

A) O instrumento processual adequado para atacar a decisão judicial que deferiu a gratuidade é o incidente de impugnação ao benefício de gratuidade, que será processado em autos apartados.

B) A ré alegará na contestação que o benefício deve ser indeferido, mas terá que apresentar documentos comprobatórios, pois a lei presume verdadeira a alegação de insuficiência deduzida.

C) O instrumento processual previsto para atacar a decisão judicial de deferimento do benefício é o agravo de instrumento.

D) A ré alegará, em preliminar de contestação, que não estão presentes os requisitos para o deferimento do benefício de gratuidade.

Questão 56

Aurélio ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais contra Diego em razão de acidente de veículo terrestre envolvendo ambos condutores. Alegou Aurélio que Diego abalroou na traseira de seu veículo que estava parado no farol vermelho, pois o condutor causador do acidente, estava no celular jogando “Candy Crush” e não se atentou a parada no trânsito.

Após a colisão, Diego desceu do veículo esbravejando contra Aurélio, desferindo um soco em seu nariz, que imediatamente começou a sangrar. Após a citação do Réu, não houve acordo na audiência de conciliação realizada, bem como Aurélio apresentou contestação.

Na decisão saneadora e organizadora, o magistrado entendeu que o dano material havia sido comprovado, e não necessitaria de novas provas, e houve por bem julgar procedente este pedido, condenando Diego ao pagamento do valor de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais), e no mesmo ato, concedeu prazo de 15 dias para as partes apresentarem rol de testemunhas para audiência de instrução e julgamento designada para 60 dias, com intuito de verificar se seria ou não comprovado o dano moral.

Como advogado de Diego a melhor medida a ser tomada contra este ato do magistrado será:

A) Interpor recurso de apelação, pois houve o acolhimento de parte do mérito do posto em causa (conteúdo do art. 487 do CPC).

B) Interpor agravo de instrumento, considerando tratar-se de uma decisão interlocutória de mérito.

C) Opor embargos de declaração, tendo em vista que o juiz foi omissivo em relação a apreciação do pedido de dano moral.

D) Não fazer nada, pois tal decisão não é possível de ser impugnada imediatamente, devendo ser aguardada a prolação da sentença e, quando da interposição do recurso de apelação, alegar em preliminar esta decisão.

Questão 57

Joaquina ajuizou ação de obrigação de fazer pelo rito comum em face de COMÉRCIO DE BEBIDAS TOMA TUDO LTDA., em decorrência de relação de consumo. Não houve composição em audiência e, assim, a Ré apresentou contestação. Intimada, no prazo de 15 dias, a Autora apresentou réplica. Por sua vez, o magistrado saneou e organizou o feito. Sobre essa decisão assinale a alternativa correta:

A) O juiz poderá inverter o ônus da prova, determinando que o autor comprove os fatos constitutivos do seu direito e o réu os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor.

B) As partes podem apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito, a qual, se homologada, vincula as partes, mas não o juiz.

C) Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 15 dias, findo o qual a decisão se torna estável.

D) Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.

Questão 58

Inconformado com o fim do casamento que mantinha com Marisa, João passa a persegui-la todos os dias. Certo dia, sabendo que a ex-mulher iria a uma festa na casa de amigos, João invade o local e, ao avistar Marisa, nos fundos da casa, atira com seu revólver calibre 38. O disparo fere Marisa no braço esquerdo, de raspão, mas atinge letalmente Leonardo, que estava logo atrás da mulher no momento do disparo e não havia sido visto pelo atirador.

Nesse caso, é correto afirmar:

A) A ação se amolda ao que a lei prevê como concurso formal (art. 70 do CP) e João estará sujeito às penas previstas para o homicídio qualificado como se praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º -A, I, do CP), aumentada de um sexto até metade, nos termos do art. 70 c/c art. 73 do CP.

B) Se está diante de uma tentativa de homicídio e um homicídio consumado praticados em concurso material, aplicando-se ao autor, cumulativamente, as penas privativas de liberdade aplicáveis a cada um dos crimes, conforme art. 69 do CP.

C) Se está diante de conduta que se amolda ao conceito de crime continuado, podendo-se aplicar a pena conforme disposto no art. 71, parágrafo único, do CP - a mais grave, aumentada até o triplo.

D) Se está diante de conduta que se amolda ao conceito de crime continuado, aplicando-se a pena conforme disposto no art. 71, caput, do CP - a mais grave, aumentada de um sexto a dois terços.

Questão 59

Caio, Oficial de Justiça, após cumprir diversos mandados de citação referentes a várias ações

penais, retornou para sua residência com os documentos que comprovavam a efetiva citação dos denunciados. Em razão de seu descuido e do grande número de mandados, colocou dois deles em cima de seu carro enquanto guardava sua bolsa na mala do veículo, mas os esqueceu lá quando deu a partida do carro, acabando por extraviar os documentos, o que gerou prejuízo no curso da ação penal e benefício para os acusados dos respectivos processos.

Considerando apenas as informações narradas, o comportamento de Caio configura:

- A) Crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento.
- B) Crime de subtração ou inutilização de livro ou documento.
- C) Crime de sonegação de papel ou objeto de valor probatório.
- D) Conduta atípica.

Questão 60

João, funcionário público de determinado cartório de Tribunal de Justiça, após apropriar-se de objeto que tinha a posse em razão do cargo que ocupava, é convencido por sua esposa a devolvê-lo no dia seguinte, o que vem a fazer, comunicando o fato ao seu superior, que adota as medidas penais pertinentes.

Diante desse quadro, é correto afirmar que:

- A) Houve arrependimento eficaz, sendo o comportamento de João penalmente impunível.
- B) Houve desistência voluntária, sendo o comportamento de João penalmente impunível.
- C) Deverá João responder pelo crime de peculato tentado.

D) Deverá João responder pelo crime de peculato consumado, com a redução de pena pelo arrependimento posterior.

Questão 61

Em determinada noite, Pedro arrombou a porta de um centro comercial e subtraiu vários itens de vestuário de oito lojas, de diferentes proprietários.

Nessa situação hipotética, se descoberta a conduta de Pedro, ele deverá responder pelos furtos:

- A) Como crime habitual.
- B) Como crime continuado.
- C) Como crimes autônomos.
- D) Em concurso formal.

Questão 62

Rui e Lino, irmãos, combinaram a prática de furto a uma loja. Depois de subtraídos os bens, Pedro, pai de Rui e de Lino, foi procurado e permitiu, em benefício dos filhos, a ocultação dos objetos furtados em sua residência por algum tempo, porque eles estavam sendo investigados.

Nessa situação hipotética, a conduta de Pedro configura:

- A) Receptação.
- B) Favorecimento real.
- C) Favorecimento pessoal.
- D) Hipótese de isenção de pena.

Questão 63

Édipo, irritado com as constantes festas que seu vizinho Laio promove à noite, atrapalhando seu descanso, resolve procurá-lo a fim de resolver definitivamente a situação. Para tanto, arma-se de uma espingarda e se dirige à casa de Laio, vindo a encontrá-lo distraído. Ato contínuo, aponta a arma em sua direção a fim de efetuar um disparo contra

sua cabeça. Contudo, Jocasta, que, por coincidência, havia acabado de chegar ao local, surpreende e consegue impedir Édipo de seu intento, retirando-lhe a arma de sua mão, evitando, assim, o disparo fatal. A conduta de Édipo, para o Direito Penal, pode ser enquadrada no ordenamento jurídico como:

- A) Arrependimento eficaz.
- B) Desistência voluntária.
- C) Crime tentado.
- D) Circunstância atenuante.

Questão 64

Rodolfo está sendo processado por crime de roubo e, condenado em primeira instância, interpôs recurso de apelação, com a certeza de que, caso o recurso fosse julgado de forma não unânime, oporia embargos infringentes. Todavia, antes do julgamento do seu recurso de apelação, o Código de Processo Penal foi alterado, revogando o recurso de embargos infringentes. Nesse caso:

- A) Ele poderá opor esse recurso, tendo em vista que a lei processual não retroage para prejudicar o réu.
- B) Ele não poderá opor esse recurso, tendo em vista que a lei processual penal é regida pelo princípio do efeito imediato ou “tempus regit actum”.
- C) Ele poderá opor esse recurso, em razão da ultratividade da lei processual penal.
- D) Ele não poderá opor esse recurso, em razão da retroatividade da lei penal prejudicial.

Questão 65

Um crime foi cometido na cidade do São Paulo, onde foi instaurado um processo penal para apurar a responsabilidade pela infração penal. Todavia, as duas testemunhas que presenciaram o crime, hoje

moram nos Estados Unidos, motivo pelo qual serão ouvidas mediante carta rogatória, na cidade de Nova York. À luz dos princípios processuais penais, as testemunhas serão ouvidas segundo a lei processual:

- A) Brasileira, em razão do princípio da territorialidade, já que o crime ocorreu no Brasil.
- B) Brasileira, em razão do princípio da extraterritorialidade, já que o crime ocorreu no Brasil.
- C) Norte-americana, em razão do princípio da territorialidade, já que o ato processual ocorrerá nos Estados Unidos.
- D) Norte-americana, em razão do princípio da extraterritorialidade.

Questão 66

Três amigos danificaram o automóvel de Carlos, praticando o crime de dano, crime que é de ação penal privada. Depois das investigações, verificou-se que um dos criminosos foi Juan, primo da vítima. Os outros dois criminosos eram seus vizinhos. Por razões familiares, a vítima decidiu processar apenas os dois vizinhos. Nesse caso:

- A) Poderá processar apenas os dois vizinhos, em razão do princípio da divisibilidade.
- B) Não poderá processar apenas os dois vizinhos, em razão do princípio da indivisibilidade
- C) Poderá processar os dois vizinhos apenas, em razão do princípio da oportunidade
- D) Não poderá processar apenas os dois vizinhos, em razão do princípio da obrigatoriedade.

Questão 67

Arnaldo foi preso quando tentava traficar para outro país dez quilos de cocaína. Enquanto isso, Bernardo foi preso na estrada quando tentava levar

10 quilos de maconha de São Paulo para Curitiba.

Acerca da competência, responda:

A) A competência para julgar ambos os crimes são da Justiça Federal, por determinação da Constituição Federal.

B) Arnaldo será julgado pela Justiça Federal, nos termos do artigo 109, da Constituição Federal, que prevê a competência da Justiça Federal para julgar crimes à distância. Já Bernardo será julgado pela Justiça Estadual.

C) A competência para julgar ambos os crimes são da competência da Justiça Estadual, por determinação da Constituição Federal.

D) Arnaldo será julgado pela Justiça Estadual, enquanto Bernardo será julgado pela Justiça Federal.

Questão 68

Eduardo e Monica estão sendo processados por crime de homicídio doloso consumado. Depois da audiência de instrução, debates e julgamento, as partes fizeram memoriais escritos. Enquanto a defesa pediu a absolvição sumária dos réus, alegando o fato ser atípico, pela incidência de crime impossível, a acusação pleiteou a pronúncia de Eduardo e a impronúncia de Mônica, o que foi deferido pelo juiz. Contra essa decisão, quais são os recursos cabíveis?

A) Eduardo deve interpor recurso em sentido estrito e Mônica apelação.

B) Ambos os réus devem interpor apelação

C) Ambos os réus devem interpor recurso em sentido estrito

D) Eduardo deve interpor apelação e Mônica deve interpor recurso em sentido estrito.

Questão 69

No jantar de família, houve uma séria discussão por razões políticas, que deu ensejo a um desdobramento criminal. Na mesa de jantar, Arnaldo ofendeu a honra de sua sogra, chamando-a de “bruxa e cobra peçonhenta”. Rodolfo ameaçou sua prima de causar mal injusto e grave, dizendo que ia mata-la. Benedito praticou lesão corporal de natureza leve contra sua namorada, que tentava sair do jantar sem sua autorização. Quanto à ação penal e o procedimento dos crimes acima, assinale a alternativa correta.

A) Segundo entendimento do STF, quanto ao crime de Arnaldo, não será aplicada a Lei 9.099/95, já que aplicável a Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha).

B) Embora aplicável a Lei Maria da Penha para os crimes praticados contra a namorada, o crime praticado por Benedito será de ação penal pública condicionada à representação. Assim, a namorada de Benedito deverá representar contra ele.

C) Rodolfo, que praticou ameaça, cometeu um crime de ação penal pública incondicionada, por força da Lei Maria da Penha.

D) Não se aplica a Lei Maria da Penha para crimes praticados com violência contra a namorada ou ex-namorada.

Questão 70

Alok, que trabalha na empresa Maravilhas do Som S.A, teve sua jornada de trabalho e salário reduzidos durante a pandemia do Covid-19. Superada a pandemia, procura você, como advogado(a), afirmando que a redução de jornada de trabalho e de salário se deram mediante acordo individual, fixando 75 (setenta e cinco) por cento de redução. Não obstante, teve seu salário reduzido em 90 (noventa) por cento e em pesquisa junto ao

sindicato, entende que qualquer redução de jornada e conseqüentemente de salário deveriam passar por acordo coletivo.

Com base no contexto acima, analisando as mudanças trazidas pelas Medidas Provisórias editadas durante a Pandemia do Covid-19 marque a afirmativa correta.

A) A redução da jornada de trabalho e de salário podem ser pactuados mediante acordo individual escrito entre empregador e empregado, que será encaminhado ao empregado com antecedência de, no mínimo, dois dias corridos, sendo a redução da jornada de trabalho e de salário, exclusivamente, nos seguintes percentuais: vinte e cinco por cento; cinquenta por cento; ou setenta por cento.

B) A redução da jornada de trabalho e de salário podem ser pactuados mediante acordo individual escrito entre empregador e empregado, que será encaminhado ao empregado com antecedência de, no mínimo, dois dias corridos, sendo que a redução da jornada de trabalho e de salário, poderá ser pactuada em qualquer valor que atenda às necessidades do empregador.

C) A redução da jornada de trabalho e de salário podem ser pactuados mediante acordo individual escrito entre empregador e empregado, que será encaminhado ao empregado com antecedência de, no mínimo, dois dias corridos, sendo que a redução da jornada de trabalho e de salário, poderá ser pactuada em qualquer valor que atenda às necessidades do empregado.

D) Nenhuma medida provisória estipulou qualquer possibilidade de redução de jornada de trabalho e de salário.

Questão 71

Markus Schulz procura você, na qualidade de advogado(a), afirmando que foi contratado em 2000 pela empresa Pão Quentinho Ltda., e que prestou serviços para a Bom Pão Ltda.

Na reclamação trabalhista, foi sustentado que Markus Schulz trabalhava dez horas por dia, de segunda a sexta-feira, com a confirmação da jornada por uma testemunha.

A empresa Pão Quentinho Ltda., em sua defesa, alegou que a norma coletiva em vigor estabelecia horário de trabalho flexível e dispensava os empregados da marcação de ponto, ao prever apenas o registro das possíveis alterações, como horas extras e sobreavisos. Afirmando ainda, que esse controle informal foi adotado porque não possuía base operacional nas cidades em que o especialista havia trabalhado. Logo, o empregado permanecia em sua residência, aguardando um chamado, ocasião em que deveria prestar o atendimento dentro da jornada contratada.

O juízo da Vara do Trabalho condenou a empresa Pão Quentinho Ltda. ao pagamento das horas extras, por entender que compete ao empregador apresentar os controles de frequência.

Perante a narrativa acima, com base na reforma trabalhista e demais artigos da CLT, assinale a afirmativa correta que retrata o registro de ponto por exceção.

A) É permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, mediante acordo individual escrito, apenas.

B) O registro de ponto por exceção não pode ser aplicado no Brasil, por caracterizar fraude.

C) É permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, mediante

acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

D) Não é permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho.

Questão 72

Mariana Bo, atenta as mudanças trabalhistas, procurou você, na qualidade de advogado(a), afirmando que exerceu a função de assistente de negócios, operando exclusivamente no caixa, com atribuições tipicamente de bancários, na empresa Bom Negócio Ltda, sua carga horária de trabalho era de 8 horas por dia.

Neste sentido, foi apresentada uma reclamação trabalhista, em que Mariana Bo afirma que exerceu função tipicamente bancária, afirma ainda que sua carga horária de trabalho era de 8 horas diárias. O Tribunal Regional do Trabalho manteve a sentença em que se reconheceu a condição de bancária da empregada e condenou a Bom Negócio Ltda. ao pagamento dos direitos e benefícios previstos em norma coletiva para a categoria.

Diante do exposto, com base na análise das Súmulas e atuais mudanças na CLT, marque a alternativa correta no que concerne a duração e condições de trabalho dos bancários:

A) A duração do trabalho dos empregados em bancos será de até seis horas diárias, perfazendo um total de trinta horas de trabalho por semana, não sendo possível a equiparação de jornada com empresas diversas.

B) Conforme consta na CLT, a jornada de trabalho dos bancários foi alterada para 8 horas/ dia. Neste caso, não seria possível a redução de horas de Mariana Bo.

C) É permitida a equiparação da jornada de trabalho, porém fica vedada a modificação por meio

de pacto para jornada superior ao que está estabelecida na CLT.

D) A duração normal do trabalho dos empregados em bancos, em casas bancárias e na Caixa Econômica Federal será de até seis horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de trinta horas de trabalho por semana.

Questão 73

Ferry Corsten, dono do Restaurante Prato Cheio S.A., no intuito de obter consultoria sobre os direitos trabalhistas o procura, na qualidade de advogado(a).

Ferry Corsten afirma que houve uma fiscalização realizada pela Receita Federal em seu restaurante, sendo constatado que o Restaurante Prato Cheio S.A. não integrava as gorjetas nos valores declarados na folha de pagamento. E, que, gostaria de saber se precisa integrar o valor exato das gorjetas recebidas, bem como onde devem ser anotadas tais informações.

Com base no questionamento feito por Ferry Corsten e com análise feita diante das atualizações trabalhistas, marque a alternativa correta.

A) A empresa deverá anotar na Carteira de Trabalho de seus empregados, apenas, o salário fixo e a média dos valores das gorjetas referentes aos últimos seis meses.

B) A empresa deverá anotar na Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados o salário fixo, sem necessidade de mensurar os valores das gorjetas.

C) A empresa deverá anotar na Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados o salário fixo e a média dos valores das gorjetas referentes aos últimos doze meses

D) A empresa não precisa anotar na Carteira de Trabalho a média dos valores das gorjetas.

Questão 74

Adam Beyer trabalhou na empresa Suplementos S.A., como vendedor, sendo demitido por justa causa, por faltar ao trabalho sem apresentar qualquer justificativa.

A juíza que analisou o caso entendeu que a penalidade fora desproporcional em relação ao ato faltoso de Adam Beyer, pois, segundo seu entendimento, o empregado não agiu com desídia no desempenho de suas funções.

A empresa Suplementos S.A. alegou em recurso que a justa causa foi devidamente comprovada por prova documental. No exame do apelo, a desembargadora observou que ocorreram cinco faltas injustificadas antes das duas faltas que antecederam à dispensa. Ressaltou ainda que Adam Beyer recebeu advertência e suspensão após cada ausência.

Quanto ao fato exposto acima, no que tange as faltas do empregado, marque a alternativa correta:

A) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.

B) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até 2 dias consecutivos ou não, para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira.

C) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até 2 dias consecutivos, em virtude de casamento.

D) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, com prejuízo do salário, pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo.

Questão 75

Mariana Bo ajuizou ação trabalhista para pedir indenização em decorrência do falecimento de seu marido, eletricitista, em acidente de trabalho. Relata Mariana que seu marido faleceu em decorrência de uma descarga elétrica quando tentava retirar, sem luvas, uma pipa numa linha da rede elétrica da empresa.

O juízo da Vara do Trabalho declarou a prescrição total do direito de ação da viúva, Mariana Bo.

Neste sentido, no que tange a prescrição e decadência, marque a alternativa correta:

A) Os prazos de prescrição fixados pela presente Consolidação começarão a correr da data da vigência desta, quando maiores do que os previstos pela legislação anterior.

B) O prazo prescricional para o empregado exigir seus créditos e direitos trabalhistas é de 5 anos, observado o limite de 2 anos após a extinção do contrato de trabalho.

C) Tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é parcial, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

D) Não se aplica prescrição intercorrente no processo do trabalho.

Questão 76

A pretensão do empregado Marco Carola que moveu a reclamação contra a Gelato Ltda. e Casquinha Crocante S.A. é o recebimento de diferenças de salário e demais direitos dos empregados que exercem a mesma função. O juízo de primeiro grau, acolheu o argumento da empresa Gelato, de que a testemunha levada pelo trabalhador era um colega que possuía ação idêntica, e não teria isenção de ânimo para depor.

Examinando recurso do empregado para o TST, o relator, afirmou que não configura impedimento ou suspeição o fato de a testemunha também litigar em desfavor da empresa, uma vez que isso não traduz, por si, interesse na causa, inimizade com o empregador ou troca de favores.

Para o relator, o simples fato de a testemunha exercer o direito de ação, ainda que demande contra a empresa em ação com idêntico objeto e na qual o empregado tenha prestado depoimento, não significa que necessariamente faltará com a verdade em juízo.

Segundo a Reforma Trabalhista, no que concerne as testemunhas, marque a alternativa correta:

- A) Parentes de terceiro grau civil, podem prestar testemunho, sem qualquer impedimento.
- B) As testemunhas serão inquiridas diretamente pelas partes, seus representantes ou seus advogados.
- C) As partes não poderão indicar mais de 3 (três) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a 6 (seis).
- D) Torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou ter litigado contra o mesmo empregador.

Questão 77

Foi mantida decisão que negou ao Estofado Ltda., a pretensão de condenar o gerente Paul Van Dyk à reparação pelos prejuízos causados por suposto desvio de estofados e apropriação de valores. O Estofado Ltda. alegava que, como o gerente não compareceu à audiência na qual deveria prestar depoimento, deveria ser aplicada a confissão ficta, na qual se presumem verdadeiros os fatos alegados pela parte contrária.

A reclamação trabalhista foi apresentada pelo Paul Van Dyk, que pedia a reversão da dispensa por justa causa e indenização por dano moral pelas acusações. Já a empresa disse que o gerente confessou à polícia ter cometido os desvios, e, em reconvenção, pedia a sua condenação em R\$ 50 mil pelos prejuízos supostamente causados.

Marque a alternativa correta ao que tange a reconvenção:

- A) Não são devidos honorários de sucumbência na reconvenção.
- B) A reconvenção não pode ser proposta contra o autor e terceiro.
- C) São devidos honorários de sucumbência na reconvenção.
- D) A reconvenção não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

Questão 78

O juiz do trabalho decretou revelia de uma empresa, pois seu preposto atrasara 6 minutos após o início da audiência, sendo que o autor da ação, Afrojack, já havia começado seu depoimento. Em sede de recurso, o Tribunal Regional do Trabalho manteve a sentença, concluindo que mesmo poucos minutos de atraso podem causar prejuízo ao desenvolvimento processual.

Ao que se refere a contestação, marque a alternativa correta:

- A) Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.
- B) Oferecida a contestação eletronicamente, o reclamante poderá, sem o consentimento do reclamado, desistir da ação.
- C) A reclamada tem 30 minutos para ler sua contestação, após a leitura da reclamação, se esta não for dispensada por ambas as partes.
- D) A empresa reclamada poderia apresentar sua contestação de forma escrita, pelo sistema de processo judicial eletrônico após a realização da audiência, sem qualquer prejuízo.

Questão 79

A empresa Cimento Cinza S.A., que não compareceu à audiência de reclamação trabalhista, foi condenada ao pagamento de horas extras a ex-empregado David Guetta. O Tribunal Regional do Trabalho manteve a revelia e a confissão ficta entendendo que, no processo eletrônico, a contestação é juntada em momento anterior à realização da audiência, mas só produz efeitos com a presença da parte.

No recurso de revista, a Cimento Cinza S.A. sustentou que a nova redação da Súmula 74 do TST permite que a prova documental juntada aos autos seja aproveitada para a formação do convencimento do juízo. Ressaltou que a desconsideração da documentação, que provara o pagamento das horas extras, caracterizou cerceio ao direito de defesa.

David Guetta, o procura, na qualidade de advogado(a), para entender sobre as modificações

legais quanto a revelia. Neste sentido, marque a alternativa correta:

- A) Não comparecendo o reclamante, lavrar-se-á termo de ausência, sendo considerado revel e confesso sobre os termos da reclamação feita.
- B) O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
- C) O preposto deverá necessariamente ser empregado da parte reclamada, sob pena de revelia.
- D) É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos, sendo que suas declarações não obrigarão o proponente.

Questão 80

Nina Kraviz teve sua rotina de trabalho alterada de modo brusco e sem seu consentimento durante a pandemia do Covid-19. Acostumada a passar o dia na empresa, teve seu regime de trabalho alterado para o teletrabalho. Superada a pandemia, Nina acabou buscando na Justiça uma indenização pelos custos suportados por ela em benefício do empreendimento econômico da empresa Telha de Barro S.A. para a qual trabalhava.

Segundo relatou Nina Kraviz, nunca expressou consentimento em realizar teletrabalho, que teve que utilizar seu computador pessoal, sendo ainda, o telefone fixo, o celular, a internet (que teve que contratar) e energia elétrica, custeados com recursos próprios. Esse fato foi admitido pela própria empresa, que trouxe um contrato escrito, firmado pela empregada, 20 dias após a mudança do regime de trabalho.

Diante do exposto, marque a alternativa correta, com base na Medida Provisória recentemente editada sobre o teletrabalho:

A) O comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza o regime de teletrabalho.

B) Na hipótese de o empregado não possuir os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do teletrabalho, do trabalho remoto ou do trabalho a distância, o empregador poderá fornecer os equipamentos em regime de comodato e pagar por serviços de infraestrutura, que caracterizarão verba de natureza salarial, sendo incorporada a remuneração durante o período de calamidade.

C) Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por mútuo acordo, garantido prazo de transição mínimo de dez dias, com correspondente registro em aditivo contratual.

D) Durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, o empregador poderá, a seu critério, alterar o regime de trabalho presencial para o teletrabalho. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, pela manutenção ou pelo fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância e ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado serão previstas em contrato escrito, firmado previamente ou no prazo de trinta dias, contado da data da mudança do regime de trabalho.